

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	10
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	33
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	36
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	37
10.5 - Políticas contábeis críticas	39
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	43
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	44
10.8 - Plano de Negócios	45
10.9 - Outros fatores com influência relevante	48

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrição – Gerenciamento de Riscos

A Companhia tem como prática a análise constante destes riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Efetuamos constantemente monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Sendo os riscos mais significativos os seguintes:

risco de crédito;
risco de liquidez; e
risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa de inadimplência de nossos clientes era de 1% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surjam.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado. Estamos expostos ao risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas internamente por nós e as taxas de juros de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, de nosso endividamento total, aproximadamente 54% dos empréstimos e financiamentos eram em reais, sujeitos à flutuação de taxas como a TR, CDI TJLP e taxas acordadas com os agentes financeiros que representou em 31 de dezembro de 2017 R\$ 1,5 milhões de despesas financeiras ou 0,9% da nossa Receita Operacional Líquida- ROL. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2017, nossas operações cambiais de ACC, ACE e empréstimos em Dólar ou atrelado à variação do Dólar ou outra moeda, representavam em curto e longo prazos, o

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

equivalente a 46% do nosso endividamento, que resultou para 31 de dezembro de 2017 em R\$ 1,3 milhões de despesas financeiras ou 0,8%, da nossa Receita Operacional Líquida- ROL.

A receita líquida de vendas da Companhia proveniente do mercado externo representou aproximadamente 38% em 2017. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação.

O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia.

Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem:

- a) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera;
- b) controles cambiais;
- c) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica, em particular de mercados emergentes;
- d) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias;
- e) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos;
- f) alíquotas de tributos;
- g) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária;
- h) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado.

A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la já causaram efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia opera no mercado financeiro de modo conservador, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência. Buscamos proteção contra riscos de crédito, riscos de taxa de juros, riscos de preço e riscos de taxa de câmbio.

As vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo a administração desses instrumentos efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os instrumentos utilizados são conservadores e regularmente monitorados. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou sensivelmente superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento). Todas as operações são controladas pela Gerência Financeira da Companhia e informadas a Diretoria Executiva. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Em linhas gerais, os riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados, todas as operações são controladas pela gerência financeira da Companhia e aprovadas pela Diretoria.

Tais operações, quando solicitadas, são fornecidas e verificadas pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia mantém monitoramento periódico sobre os instrumentos e índices financeiros, por meio de controles internos, fiscalizados pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal instalado.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Descrição dos Controles Internos

Em relação aos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar :

- a) as principais praticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providencias adotadas para corrigi-las :**

O modelo de controle interno adotado tem foco em funções, processos, atividades, pessoas e tecnologias da Companhia.

Visando o crescimento e a melhoria destes controles internos, a Companhia, utiliza como ferramenta suporte o sistema **Qlikview** para controle de custos e geração de informações gerenciais. Programas de administração de manutenção e gestão de compras, além de um programa financeiro e contábil/fiscal eficiente também fazem parte do cotidiano da Administração.

Treinamentos constantes e atualizações referente a estes sistemas de controles internos também fazem parte dos métodos de controle da companhia.

Quando é identificado alguma imperfeição na qualidade ou no método da informação gerada nos controles internos, ela é imediatamente analisada e solucionada , utilizando-se de métodos e ferramentas também internos de análise destas imperfeições. Ex : Formulário 5W1H .

- b) estruturas organizacionais envolvidas :**

Todas as áreas da Companhia são responsáveis e estão envolvidas nas informações prestadas para elaboração das demonstrações financeiras , elas contribuem cada uma com o gerenciamento de seus controles internos para prestarem essas informações, e também com as análises das imperfeições e correções necessárias.

- c) como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia :**

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada à Gerencia Administrativa, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e gerencial.

Além desta mencionada acima , as áreas de produção, financeira, compras, contábil/fiscal , dão todo o suporte para a confiabilidade e identificação das informações internas prestadas para a geração das demonstrações financeiras.

Tudo monitorado constantemente pelas Gerencias, Supervisões e Lideranças - de cada uma destas áreas e pela Diretoria e Conselho da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente :**

Faz parte das tarefas da Auditoria monitorar e recomendar a possíveis divergência. A Administração da Companhia esta sempre atenta nas mudanças determinadas pela CVM e órgãos governamentais bem como as próprias mudanças que possam ocorrer na estrutura organizacional para não ter adversidades que comprometa o caixa ou ética dos gestores. Para adequar os controles contábeis ao nível internacional bem como atender as obrigações acessórias impostas pelo governo, a Administração adota através do comitê tributário ou assuntos contábeis um planejamento que deve ser seguido rigorosamente.

Ainda assim, a auditoria avalia os procedimentos e possivelmente recomenda a atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias e melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais. É de política da Companhia a melhoria continua independente do setor, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando transparência plena.

Abaixo , na integra o relatório de recomendações dos controles internos da Companhia emitido por nossa Auditoria Externa nos termos da regulamentação da CVM.

ELECTRO AÇO ALTONA**Relatório de Recomendações e
Avaliação do Ambiente de Controles
Internos 2017**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Blumenau (SC), 03 de Maio de 2018.

Aos
Administradores da
Electro Aço Altona S.A.
Blumenau – SC

Prezados Senhores,

Conforme previsto em nosso contrato de prestação de serviços nº 96/2014, datado em 13 de novembro de 2014, e no planejamento e execução da nossa auditoria das demonstrações financeiras da **Electro Aço Altona S/A** (“EAA”, “Companhia”) para o exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, consideramos a estrutura de controle interno para determinar nossos procedimentos de auditoria, tendo como finalidade, expressar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras. Nossa avaliação da estrutura de controle interno pode não revelar, necessariamente, todos os assuntos que poderiam constituir fraquezas significativas de acordo com as normas profissionais.

Uma fraqueza significativa é uma condição na qual, o modelo ou o funcionamento, de um ou mais elementos específicos da estrutura de controle interno, não reduz a nível relativamente baixo, o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que seriam significativos em relação às demonstrações financeiras que estão sendo auditadas e, não serem detectados em tempo hábil pelos colaboradores durante o curso normal de execução das funções que lhes são atribuídas.

Entretanto, não identificamos fragilidades significativas quanto a estrutura de controle interno e seu funcionamento, conforme definido anteriormente.

Esta carta destina-se exclusivamente ao uso e informação da Administração e Diretoria da Companhia, não devendo ser usada por terceiros. Sua divulgação externa poderia suscitar dúvidas e originar interpretações errôneas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações dos exames desenvolvidos de acordo com as normas de auditoria.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que possam ser requeridos sobre este relatório de recomendações e sobre detalhes da execução dos trabalhos.

Atenciosamente,

BERKAN AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC- SC-009075/O-7

Bradley Ricardo Moretti
Sócio de Auditoria
Contador CRC-SC-023.618/O-6

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

A Companhia está implantando mecanismos internos para detectar e sanar desvios, fraudes e irregularidades contra qualquer administração pública , hoje a alta direção é quem faz esse controle de maneira geral .

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.4. Alterações Significativas

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia.

As medidas para controlar a inflação e influenciar na economia, podem influenciar positivamente ou negativamente nosso negócio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras Informações Relevantes – Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

Além dos riscos acima referidos, não há outras informações relevantes .

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Opinião dos Diretores sobre:

10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A produção industrial brasileira medida pelo IBGE encerrou 2017 com crescimento de 2,5%, após três anos de perdas. Em 2016, houve recuo de 6,4%, seguindo baixa de 8,3% em 2015 e de 3% em 2014. A produção não crescia de forma tão acelerada desde 2010 (+10,2%). Apesar de positivo, o avanço reduz apenas parte da baixa acumulada de 2014 a 2016, de 16,7%. Somente em dezembro de 2017, a indústria avançou 2,8% perante o mês anterior, a maior alta desde junho de 2013 (3,5%).

No ano quem esteve à frente da expansão foi o segmento de veículos automotores, reboques e carrocerias, que cresceu 17,2%. No setor automotivo, a expansão foi puxada pela exportação recorde de 762 mil veículos e por aquisições de empresas e taxistas no mercado interno. As vendas no varejo, para o consumidor comum, ainda não se recuperaram, segundo dados da Fenabreve.

O ano de 2017 foi um ano excepcional para Altona. Vários acontecimentos importantes fizeram com que o cenário turbulento dos anos anteriores fosse superado. O retorno sobre o Patrimônio Líquido foi de 31 pontos percentuais, reflexos do desempenho operacional, bem como os efeitos da adesão do PERT.

A Diretoria entende que mesmo com os indicadores estarem alavancados pela assertiva adesão ao PERT, o resultado operacional do negócio foi satisfatório refletindo condições patrimoniais melhores do que os últimos anos. A implementação do plano de negócios para os próximos anos foi elaborada e o cumprimento será foco, sempre levando em consideração a revisão constante de curto e médio prazo.

Nos últimos anos a geração de caixa contábil também foi prejudicada pela eminência da reestruturação operacional e ocupacional. Para 2017, com a retomada do crescimento da demanda, performance de estoques, admissões de novos empregados e o pagamento para ingresso ao PERT, também se fez necessário aporte para giro e foi complementada através de empréstimos de terceiros, para atender e cobrir as necessidades de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

Índices	2015	2016	2017
Liquidez corrente	2,15	1,69	0,97
Liquidez geral	1,36	1,39	1,63
Endividamento (Passivo Total/PL)	175,2%	154,4%	58,6%
Retorno sobre o Ativo	0,1%	-0,7%	12,1%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,2%	-2,3%	44,4%

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Circulante era de R\$ 92,9 milhões, sensivelmente menor que o Passivo Circulante de R\$ 96,1 milhões em um montante de R\$ 3,2 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 0,97. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 1,69 e 2,15.

O endividamento total de 2017 era de 58,6% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). A redução deve-se pela adesão ao PERT programa este que proporcionou efeitos significativos e importantes nas movimentações patrimoniais da Companhia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e 2015, o índice de endividamento total era, respectivamente, de 154,4% e 175,2%. A queda do índice de endividamento total em relação ao ano de 2015 deve-se principalmente as amortizações efetuadas durante 2016 de financiamentos de Moeda Estrangeira e a desvalorização da moeda nacional neste ano, se comparada ao ano anterior. Uma das missões da administração é a busca da redução nos empréstimos de curto prazo contraídas no último trimestre de 2017, sendo essa uma das premissas para 2018.

A Companhia registra o indicador histórico com relação ao retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido. No exercício encerrado em 2017, o retorno foi de 44,4% sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido do ano anterior) e 12,1% sobre o Ativo (lucro líquido dividido pelo ativo total). No exercício encerrado em 2016, o retorno foi de -2,3% sobre o Patrimônio Líquido e -0,7% sobre o Ativo. No exercício encerrado em 2015, o retorno foi de 0,2% sobre o Patrimônio Líquido e 0,1% sobre o Ativo.

Em regra geral, o nível de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido é decorrente do modelo de negócios que a Companhia é atrelada. Levando em consideração uma média alavancagem operacional e a alta necessidade de investimentos em ativos, comparados com outras empresas do setor.

10.1.b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

	Estrutura de Capital - R\$ milhões - Em 31 de Dezembro de					
	2015		2016		2017	
Capital de terceiros - circulante	46,4	17,2%	47,0	19,2%	96,1	37,9%
Capital de terceiros - não circulante	151,2	56,1%	128,6	52,6%	59,3	23,4%
Capital próprio - patrimônio líquido	71,8	26,7%	69,0	28,2%	98,0	38,7%
Total	269,4	100,0%	244,6	100,0%	253,4	100,0%

A alavancagem do curto prazo/circulante se fez necessário, pois no último trimestre de 2017 houve a eminência do aumento de estoques para melhorar a performance de entregas aos clientes, principalmente as montadoras, e para adesão ao PERT, que se demonstra na redução considerável no endividamento de longo prazo, aproximadamente 54% menor que ano anterior. De qualquer forma a Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem e continua focado na redução dos gastos em 2018, visando a redução do endividamento e/ou alongamento de alguns empréstimos, objetivando custos menores refletindo no equilíbrio moderado para o caixa.

A manutenção da flexibilidade financeira é importante componente do modelo de negócios da Companhia. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos deve-se:

Os recursos tomados destinam-se a:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos e gastos gerais;
- (ii) atendimento ao cronograma de pagamentos de nossos investimentos;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (iii) impostos incidentes sobre a receita bruta tais como ICMS, PIS/COFINS, INSS sobre receita e IPI, bem como IR e CS sobre o Lucro, e encargos e contribuições sobre a mão de obra direta e indireta.

A principal fonte de recurso é o caixa, ou equivalente de caixa, gerado por meio das atividades operacionais e/ou empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados por captações serão suficientes para as necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses. Conforme mencionado, buscamos manter uma estrutura de capital que permita controlar a possível exposição ao risco.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 18,5 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 9,6 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 51,9% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 13,0 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 6,0 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 46,9% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 57,7 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 5,3 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 9,2% da geração de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento financeiro líquido representava 2,1 x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento financeiro líquido representava 2,8 x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento financeiro líquido representava 0,9 x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Estrutura do EBITDA - R\$ milhões						
	2015	% ROL	2016	% ROL	2017	% ROL
Lucro antes do resultado financeiro	8,5	5,8%	3,0	2,6%	48,1	28,6%
Depreciação	10,0	6,8%	10,0	8,5%	9,5	5,6%
EBITDA	18,5	12,6%	13,0	11,0%	57,7	34,2%

Análise do Endividamento e representação % em relação ao ROL

	2015	% ROL	2016	% ROL	2017	% ROL
Endividamento – R\$ milhões	53,2	36,3%	42,2	35,8%	54,4	32,3%
Caixa e equivalente de caixa–R\$ milhões	(13,5)	(9,2%)	(5,7)	(4,8%)	(1,4)	(0,8%)
Endividamento líquido – R\$ milhões	39,7	27,0%	36,7	31,2%	53,0	31,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Nos últimos anos o crédito de terceiro ficou restrito e custoso para que teve necessidade de captação. Para Altona não foi diferente. A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs/ACE's), linhas de pré-pagamentos, e nota de crédito à exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME. Além disso, a Companhia iniciou o processo para operacionalizar recebíveis através do PROEX.

10.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico e plano diretor, investimentos relevantes em máquinas e equipamentos e na expansão do parque fabril. Havendo necessidade de capital de giro de terceiros para tal finalidade, as principais fontes são: ACCs, pré-pagamento, BNDES-EXIM, FINEP e FINAME.

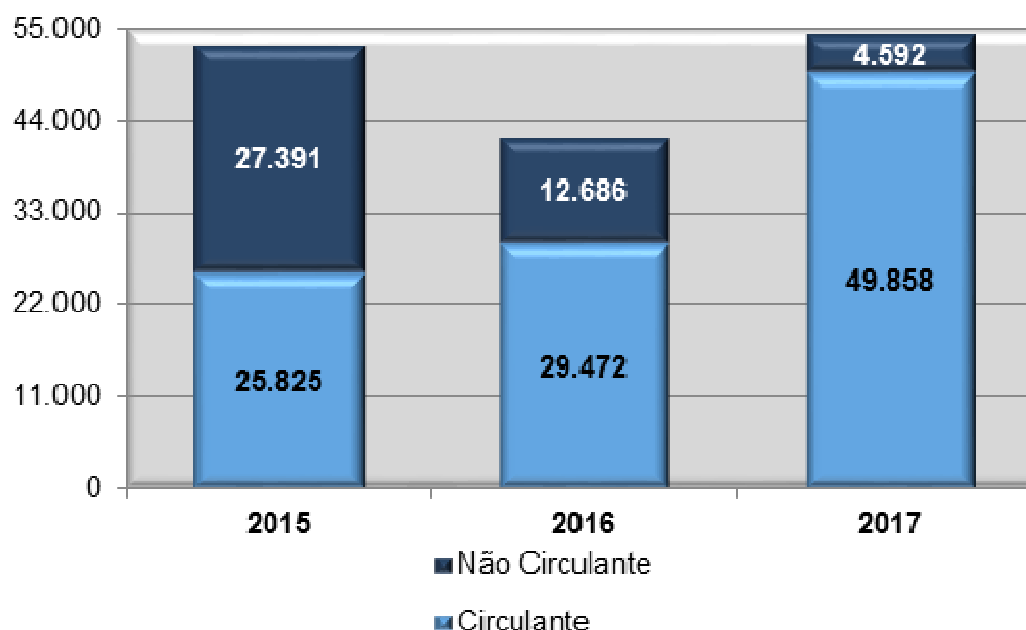
10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**(i) Contratos de empréstimo e financiamento;**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 53,2 milhões, sendo que R\$ 25,8 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 27,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 42,1 milhões, sendo que R\$ 29,4 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 12,7 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 54,4 milhões, sendo que R\$ 49,8 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 4,6 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Vencimento dos financiamentos e empréstimos					
	31/12/15		31/12/16		31/12/17	
2015	-	-	-	-	-	-
2016	25.825	48,5%	-	-	-	-
2017	18.710	35,2%	29.472	69,9%	-	-
2018	7.667	14,4%	11.871	28,2%	49.858	91,6%
2019	1.014	1,9%	815	1,9%	4.461	8,2%
	-	-	-	-	131	0,2%
TOTAL	53.216	100,0%	42.158	100,0%	54.450	100,0%
% x total do Passivo + PL	19,7%		17,2%		21,5%	

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP os empréstimos bancários da Companhia de 2017, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, estão garantidos com máquinas e equipamentos e avais.

Para o aporte de crédito, os Bancos efetuam uma vasta análise de crédito para suportar a situação econômica da Altona. Além de todo o suporte técnico, é de praxe, para alguns contratos de empréstimos, o vínculo através de reciprocidades efetuados entre a Altona e os Bancos, como por exemplo: folha de pagamento, seguro de vida em grupo, plano de saúde para os trabalhadores. Adicionalmente, outro requisito padrão solicitado para garantir as operações, é a vinculação de domicílio bancários do recebíveis.

A Companhia manteve com a Companhia Werner S/A e celebrou com a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 52,0 milhões.

Para o ano de 2017, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 310 mil (R\$ 340 mil em 31 de dezembro de 2016),

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

- (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e públicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas.

- (iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2015		31/12/2016		31/10/2017	
Circulante	2.039	2,0%	1.435	1,5%	2.558	2,6%
Não Circulante	101.065	98,0%	94.387	98,5%	94.095	97,4%
	103.104	100,0%	95.822	100,0%	96.653	100,0%
% x total do Passivo + PL	38,3%		39,2%		37,3%	

A Companhia registra o saldo em 31/10/2017 através do REFIS, pois em novembro a Altona efetuou a desistência do REFIS, e a migração dos débitos para o PERT. Abaixo item (iv).

Amparada na Lei nº. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória nº. 2.004-5/2000, de 11 de fevereiro de 2000, convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até o fim do ano de 2065. Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06. Destacamos também que a Companhia, poderá sofrer alterações sobre a métrica de recolhimento do recolhimento do REFIS, devido ao andamento de processo judicial. Caso isso aconteça, a Companhia poderá realizar recolhimentos superiores ao que vem realizando, podendo assim afetar significativamente seu fluxo de caixa nos períodos subsequentes.

A Companhia discute no âmbito judicial a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que esses exercícios não apresentaram lucro tributável. Assim, destacamos que o processo se encontra em andamento no STJ com decisão recente favorável à Companhia e à espera do trânsito em julgado. Desta forma, tal tema gera

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 3.019 em 31 de dezembro de 2016.

Neste exercício a Companhia também pleiteou com êxito junto à Receita Federal a limitação das multas quanto ao INSS considerado no REFIS de acordo com a Lei 8.212 art 35 que estabelece teto de até 20%, tendo logrado êxito neste tema. O valor da redução foi de R\$ 9.385 registrado no Resultado da Companhia na rubrica de "Outras Receitas Operacionais".

(iv) PERT – Programa Especial de Regularização Tributária - Novembro 2017;

Conforme divulgado ao mercado em 20 de novembro de 2017 através de fato relevante, a Companhia migrou do REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Federal nº 9.964/2000, para o PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, criado pela Lei Federal nº 13.496/2017 pelo fato deste novo programa de parcelamento do Governo proporcionar melhores benefícios aos seus optantes.

Está modalidade garantiu a Companhia redução de juros em 80%, multas na ordem de 50% e encargos legais reduzidos em sua totalidade. A amortização da dívida remanescente do PERT está ocorrendo através de quitação inicial de adesão no montante de R\$14.950 sendo o saldo remanescente parcelado em 145 parcelas mensais atualizados pela SELIC + 1% (sobre a parcela).

Os débitos migrados do REFIS para o PERT são da esfera da Receita Federal do Brasil – RFB (IPI, PIS/Cofins e INSS) e débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (IPI, INSS, IRPJ e PIS). A Receita Federal já homologou tal migração ao PERT optado pela Companhia.

Na última divulgação da Companhia em 30 de setembro de 2017 o valor devido ao REFIS montava R\$ 96.610 (R\$ 2.283 circulante e R\$ 94.327 não circulante). Após a desistência do REFIS e ingresso ao PERT através i) do pagamento do montante inicial de adesão e ii) amortização das parcelas mensais o valor devido pela Companhia à Receita Federal em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 26.530 (R\$ 5.753 circulante e R\$ 20.777 não circulante).

Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, os limites e contratações dependeram da análise de crédito de cada banco. Também não à contratos com disposições que atrelem empréstimos e a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 do formulário de referência.

10.1.g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2015		2016		2017	
	AV		AV		AV	
Receita Operacional Líquida,	146.637	100%	117.687	100%	168.407	100%
Custo dos Produtos Vendidos	(109.095)	74,4%	(100.019)	85,0%	(137.902)	81,9%
Lucro Bruto	37.542	25,6%	17.668	15,0%	30.505	18,1%
Outras Receitas Operacionais	3.046	2,1%	14.850	12,6%	63.679	37,8%
Despesas Operacionais	(10.707)	7,3%	(10.435)	8,9%	(11.888)	7,1%
Despesas com vendas	(11.321)	7,7%	(10.528)	8,9%	(11.413)	6,8%
Despesas gerais e administrativas	(4.010)	2,8%	(3.671)	3,1%	(3.086)	1,8%
Remuneração dos administradores	(5.983)	4,1%	(4.838)	4,1%	(19.687)	11,7%
Outras Despesas Operacionais	(28.975)	19,8%	(29.472)	25,0%	17.605	10,5%
Despesas/Receitas operacionais líquidas						
Resultado antes das Financeiras	8.567	5,8%	3.046	2,6%	48.110	28,6%
Despesas financeiras	(12.749)	8,7%	(8.519)	7,2%	(8.340)	5,0%
Receitas financeiras	3.179	2,2%	2.483	2,1%	2.994	1,8%
Resultado Financeiro	(9.570)	6,5%	(6.036)	5,1%	(5.346)	3,2%
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	(1.003)	0,7%	(2.990)	2,5%	42.764	25,4%
Provisões IRPJ e CSLL	1.125	0,8%	1.339	1,1%	(12.116)	7,2%
Resultado antes das participações	122	0,1%	(1.651)	1,4%	30.648	18,2%
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	0,05		(0,73)		13,62	

[Análise das principais contas do resultado – 2017 versus 2016](#)*Receita Operacional Líquida*

A receita operacional líquida foi de R\$ 168,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparada a R\$ 117,7 milhões no mesmo período em 2016. Um acréscimo de 43,1% ou R\$ 50,7 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2017, 64,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 62,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 137,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 100,0 milhões no mesmo período em 2016 representando um acréscimo de 37,9% ou R\$ 37,9 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos tiveram uma sensível redução de 81,9% para 85% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 11,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando comparado aos gastos de R\$ 10,4 milhões no mesmo período em 2016, representam um acréscimo de 13,9%, ou R\$ 1,4 milhões. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um decréscimo na ordem de 1,8 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 14,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, contra R\$ 14,2 milhões no mesmo período em 2016. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas reduziram na ordem de 3,5 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em comparação ao mesmo período em 2016.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 8,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparados a R\$ 8,5 milhões no mesmo período em 2016. Este equilíbrio é decorrente das amortizações dos financiamentos e a busca da administração da Companhia por financiamentos de Curto e Longo Prazo com encargos e juros mais atrativos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, contra R\$ 2,5 milhões no mesmo período em 2016 representando um aumento de 20,6% ou R\$ 500 mil.

Análise das principais contas do resultado – 2016 versus 2015

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 117,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparada a R\$ 146,6 milhões no mesmo período em 2015. Um decréscimo de 24,5% ou R\$ 28,9 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2016, 62,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 46,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 100 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 109,1 milhões no mesmo período em 2015 representando um decréscimo de 9,1% ou R\$ 9,1 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,4% e 85% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016 respectivamente.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 10,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando comparado aos gastos de R\$ 10,7 milhões no mesmo período em 2015 representam um decréscimo de 2,5%, ou R\$ 272 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um acréscimo na ordem de 1,6 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2016 e 2015.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 14,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 contra R\$ 15,3 milhões no mesmo período em 2015, o que significou uma redução de 7,4% ou R\$ 1,1 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas aumentaram na ordem de 1,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação ao mesmo período em 2015.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 8,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparados a R\$ 12,7 milhões no mesmo período em 2015 representam um decréscimo de 33,2%, ou R\$ 4,2 milhões. Esta diminuição é decorrente das amortizações dos financiamentos e a busca da administração da Companhia por financiamentos de Curto e Longo Prazo com encargos e juros mais atrativos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 2,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, contra R\$ 3,2 milhões no mesmo período em 2015 representando um decréscimo de 28% ou R\$ 0,7 milhão.

Análise das principais contas do resultado – 2015 versus 2014

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 146,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparada a R\$ 171,3 milhões no mesmo período em 2014. Um decréscimo de 14,4% ou R\$ 24,7 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2015, 46,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 63,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 109,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 127,3 milhões no mesmo período em 2014 representando um decréscimo de 14,3% ou R\$ 18,2 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,4% e 73,3% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respectivamente.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 10,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando comparado aos gastos de R\$ 14,0 milhões no mesmo período em 2014 representam um decréscimo de 23,6%, ou R\$ 3,3 milhão. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um decréscimo na ordem de 0,9 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2015 e 2014.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 11,3 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 contra R\$ 13,7 milhões no mesmo período em 2013, o que significou uma redução de 17,5% ou R\$ 2,4 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas reduziram na ordem de 0,3 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação ao mesmo período em 2014.

As despesas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas financeiras foram de R\$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparados a R\$ 7,9 milhões no mesmo período em 2014 representam um acréscimo de 60,5%, ou R\$ 4,8 milhões. Este aumento é decorrente das reestruturações operacionais e ocupacionais, que ocasionaram o aumento do endividamento para pagamento das rescisões e readequações.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, contra R\$ 3,7 milhões no mesmo período em 2014 representando um decréscimo de 13,6% ou R\$ 0,5 milhão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanco Patrimonial – em Milhares de Reais						
Ativo	31/12/15	AV	31/12/16	AV	31/12/17	AV
Caixa e equivalentes de caixa	13.555	5,0%	5.753	2,3%	1.394	0,6%
Contas a receber	44.148	16,4%	31.320	12,8%	36.729	14,5%
Estoques	31.245	11,6%	31.672	13,0%	38.546	15,2%
Impostos a recuperar	8.661	3,2%	8.753	3,6%	11.654	4,6%
Outras contas a receber	1.724	0,6%	1.430	0,6%	3.623	1,4%
Despesas antecipadas	190	0,1%	356	0,1%	978	0,4%
Total do ativo circulante	99.523	36,9%	79.284	32,4%	92.924	36,7%
Depósitos judiciais	1.478	0,5%	1.720	0,7%	2.394	0,9%
Outros créditos	821	0,4%	2.095	0,9%	1.529	0,6%
Imobilizado	166.223	61,7%	159.361	65,2%	154.554	61,0%
Intangível	743	0,3%	624	0,3%	474	0,2%
Investimento	597	0,2%	1.482	0,6%	1.527	0,6%
Total do ativo não circulante	169.862	63,1%	165.282	67,6%	160.478	63,3%
Total do ativo	269.385	100%	244.566	100%	253.402	100,0%

Passivo	31/12/15	AV	31/12/16	AV	31/12/17	AV
Empréstimos	25.825	9,6%	29.472	12,1%	49.858	19,7%
Fornecedores	3.766	1,4%	4.096	1,7%	13.693	5,4%
Programa de recuperação fiscal REFIS	2.039	0,8%	1.435	0,6%	5.753	2,3%
Impostos e contribuições	1.718	0,6%	1.748	0,7%	5.649	2,2%
Incentivo Fiscal – PRODEC	319	0,1%	478	0,2%	339	0,1%
Adiantamentos de clientes	3.799	1,4%	2.927	1,2%	2.470	1,0%
Provisão para férias e encargos	5.208	1,9%	4.410	1,8%	9.130	3,6%
Dividendos e JSCP	1.286	0,5%	141	0,1%	43	0,0%
Outras contas	2.388	0,9%	2.047	0,8%	9.153	3,6%
Total do passivo circulante	46.348	17,2%	46.754	19,2%	96.088	37,9%
Programa de recuperação fiscal REFIS	101.065	37,5%	94.387	38,6%	20.777	8,2%
IR e CS diferidos	19.230	7,1%	18.144	7,4%	30.319	12,0%
Impostos e contribuições	-	-	-	-	-	-
Incentivo Fiscal - PRODEC	789	0,3%	346	0,1%	20	0,0%
Empréstimos	27.391	10,2%	12.686	5,2%	4.592	1,8%
Provisão para contingência	2.768	1,0%	3.044	1,2%	3.610	1,4%
Total do passivo não circulante	151.243	56,1%	128.607	52,6%	59.318	23,4%
Patrimônio líquido						
Capital Social	16.957	6,3%	17.264	7,1%	17.264	6,8%
Reserva legal	1.016	0,4%	1.030	0,4%	2.409	1,0%
Reserva de lucros	8.018	3,0%	7.148	2,9%	39.575	15,6%
Lucros a destinar	307	0,1%	203	-	-	-
Outros resultados abrangentes	45.496	16,9%	43.560	17,8%	38.748	15,3%
Total do patrimônio líquido	71.794	26,7%	69.205	28,2%	97.996	38,7%
Total do passivo	269.385	100%	244.566	100%	253.402	100,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisAnálise das principais contas do balanço patrimonialCaixa e equivalentes de caixa

	31/12/15	AV	31/12/16	AV	31/12/17	AV
Caixa e Contas Movimento	2.894	21,4%	2.543	44,2%	436	31,3%
Renda Fixa	10.661	78,6%	3.210	55,8%	958	68,7%
TOTAL	13.555	100%	5.753	100%	1.394	100%
% Representação no Ativo Circulante	13,6%		7,3%		1,5%	

Em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

	31/12/15	AV	31/12/16	AV	31/12/17	AV
Mercado Interno	10.616	24,0%	16.065	51,3%	13.869	37,8%
Mercado Externo	35.263	79,9%	16.836	53,8%	23.879	65,0%
(-) Ajuste a valor presente	(387)	-0,9%	(237)	-0,8%	(275)	-0,7%
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(1.344)	-3,0%	(1.344)	-4,3%	(744)	-2,0%
TOTAL	44.148	100%	31.320	100%	36.729	100%
% Representação no Ativo Circulante	44,4%		39,5%		39,5%	

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(1.274)	(1.344)	(1.344)
Adições	(70)	-	-
Recuperações/realizações	-	-	600
Saldo no final do exercício	(1.344)	(1.344)	(744)

Estoques

	31/12/15	AV	31/12/16	AV	31/12/17	AV
Produtos Acabados	6.034	19,3%	4.259	13,4%	2.554	6,6%
Produtos em Elaboração	20.553	65,8%	23.406	73,9%	28.364	73,6%
Matéria Prima	1.337	4,3%	1.005	3,2%	1.947	5,1%
Materiais Auxiliares	2.779	8,9%	2.296	7,2%	3.234	8,4%
Outros Materiais	1.572	5,0%	1.728	5,5%	2.334	6,1%
Mercadorias em Consignação	170	0,5%	168	0,6%	113	0,3%
Provisão para Perda no Estoque	(1.200)	-3,8%	(1.190)	-3,8%	-	-3,8%
TOTAL	31.245	100%	31.672	100%	38.546	100%
% Representação no Ativo Circulante	31,4%		39,9%		41,5%	

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Para o exercício findos em 2017 a Companhia registra baixa dos R\$ 1.200 mil de provisão para perdas nos estoques por entender que estes não são mais negociáveis, em 2016 o valor provisionado era de R\$ 1.200 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(1.200)	(1.200)	(1.200)
Adições	(-)	(-)	(-)
Recuperações/realizações	-	-	1.200
Saldo no final do exercício	(1.200)	(1.200)	-

Impostos a recuperar

	31/12/15	AV	31/12/16	AV	31/12/17	AV
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	8.181	87,1%	9.073	93,1%	12.020	92,0%
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	1.210	12,9%	670	6,9%	1.041	8,0%
	9.391	100%	9.743	100%	13.061	100%
Circulante	8.661	92,2%	8.753	89,9%	11.654	89,2%
Não Circulante	730	7,8%	990	10,1%	1.407	10,8%

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Na adesão do PERT, a Altona direcionou que, para o saldo dos débitos tributários administrados pela RFB, possíveis de efetuar compensações com impostos a recuperar, a Altona efetuará quitação desde débitos através dos valores a recuperar já declarados através de perdcomp's.

Ativo Imobilizado***Valores Residual Líquido:***

	Terrenos e Edificações	Máquinas, Equipamentos Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Em 31/12/2015	100.208	63.488	1.318	170	281	758	166.223
Em 31/12/2016	98.730	58.132	1.141	602	-	756	159.361
Em 31/12/2017	91.752	57.165	1.060	3.527	449	601	154.554

a) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.

b) Para 2018 a Companhia, através das orientações jurídicas, estará oficializando um protocolo solicitando à RFB retirar/baixar os gravames de parte considerável dos imóveis que atualmente estão arrolados como garantia do REFIS. Como a Altona aderiu o PERT, o endividamento tributário reduziu consideravelmente, sendo oportuno a revisão das garantias/arrolamentos para o novo saldo em aberto/parcelado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- c) Valores segurados – os Ativos Imobilizados estão segurados contra: incêndio, danos elétricos e explosão, e vendáveis, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado esta descrito na nota explicativa específica nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DPF.
- d) Custo atribuído – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

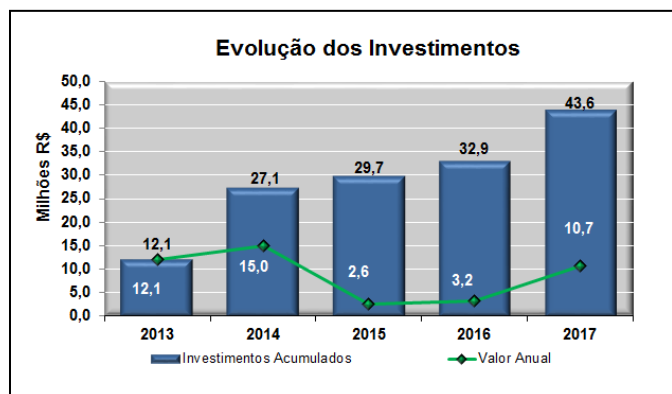
- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

É premissa do nosso planejamento estratégico priorizar os investimentos sem comprometer nossa capacidade de pagamento. Os valores aprovados no orçamento de 2017 para aquisições em investimentos eram de 5% do ROL, (R\$ 8,5 milhões) e a realização foi de R\$ 10,7 milhões. Os investimentos ficaram represados por dois anos e com a retomada da produção em 2017 se fez necessário novamente investir. Os investimentos foram destinados para ampliação de áreas, melhorias de processos, meio ambiente, saúde e segurança do trabalhador.

Já para os anos de 2016 e 2015 a Companhia registra aquisições de R\$ 3,2 e R\$ 2,6 milhões respectivamente.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Neste período de recessão severa, as aquisições ficaram restritas à manutenção e ao bom funcionamento das máquinas, equipamentos e/ou dispêndios em melhorias de linhas para aumento da produtividade. Tanto que os investimentos no contínuo melhoramento do terreno no município de Barra Velha/SC também foram menores em 2016, bem como também em 2015. No ano de 2017, depois de amplamente discutido, a Administração decidiu declinar do projeto de uma nova planta fabril no terreno de Barra Velha para os próximos anos. Adicionalmente, o Conselho está discutindo uma nova vocação/projeto imobiliário para o imóvel. Havendo avanços nos diálogos, este Conselho manterá o mercado informado.

Os investimentos de maior relevância para os últimos anos foram:

- i) Aquisição e instalação de cinco centros de usinagem que estão operando em regime pleno;
- ii) Finalização das instalações do sistema de exaustão pó de ferro;
- iii) Ampliação sistema de exaustão de toda a fábrica;
- iv) Melhorias nas instalações do sistema de moldagem fast loop;
- v) Adequações para NR 12 e melhorias no sistema de para-raios e hidrantes;
- vi) Aquisição de mais matrículas/terreno situado no município de Barra Velha;
- vii) Instalações para melhorar o layout e ainda outros investimentos de menor vulto, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes;
- viii) Aquisição e instalação de um forno denominado AOD com capacidade de 8 toneladas, para refino da qualidade do aço líquido e aumentar a capacidade instalada;

Ativo Intangível**Valores Residual Líquido:**

Em 31/Dezembro/2015	743
Em 31/Dezembro/2016	624
Em 31/Dezembro/2017	474

Com base nos procedimentos, as seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da amortização:

<u>Classe de Intangível</u>	<u>Vida Útil Anterior</u>	<u>Vida Útil Atual</u>
Software	3 a 5 anos	5 anos

Outras Receitas Operacionais

	31/12/15		31/12/16		31/12/17	
Outras receitas						
Despesas Extraordinárias	18	0,6%	13.625	91,8%	55.997	87,9%
Outras Receitas	3.028	99,4%	1.225	8,2%	7.682	12,0%
	3.046	100%	14.850	100%	63.679	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras despesas

Contrato de Aval/Fiança	-	-	(340)		(310)	1,6%
Despesas Extraordinárias	(467)	7,8%	(520)		(13.158)	66,8%
Outras Despesas			-		(6.219)	31,6%
Transf. ref. reestr. ocupacional	(5.516)	92,2%	(3.978)		-	-
	(5.983)	100%	(4.838)	100%	(19.687)	100%
Resultado operacionais líquidas	(2.937)		10.012		43.992	

Créditos fiscais programa Reintegra: referente ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, que trata do ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário na cadeia de produção. O incentivo obtido pela Companhia está registrado como outras receitas, no montante de R\$ 45 – 0,1% sobre o montante produzido e exportado (este regime voltou a vigorar em outubro de 2014 totalizando R\$ 372 neste ano, e R\$ 918 em 2015, pelo percentual ser maior de 1% a 3%).

O valor mais expressivo na rubrica de outras receitas foi a atualização da Ação da Eletrobrás, que valorizou bastante em 2016, R\$ 885 (R\$ 90 em 2015). No 1º Trimestre de 2015 também houve créditos referente ao êxito no processo contra o INSS sobre auxílio doença/atestados médicos (nota 11.a) no montante de R\$ 788.

Transferências referente reconhecimento nos Custos dos Produtos Vendidos, despesas com Vendas e Administrativas referente a reestruturação para adequação ocupacional foram transferidos para o grupo de outras despesas operacionais, por se tratar de um evento extraordinário.

Devido a recessão econômica no Brasil, houve uma redução na produção da Companhia, e consequentemente algumas medidas tiveram que ser tomadas. A primeira foi a reestruturação no quadro dos empregados que representou uma redução de 24% na folha de pagamentos realizada no segundo trimestre de 2016 (24,6% na reestruturação do primeiro trimestre de 2015). O custo desta reestruturação somou R\$ 4,0 milhões, classificado contabilmente como evento extraordinário (mencionado na Nota 21) (R\$5,5 milhões em 2015). A segunda medida proposta pela Administração foi a aprovação da redução da jornada de trabalho e salários. No dia 23 de junho de 2016, os colaboradores, em assembleia, aprovaram a proposta de flexibilização da jornada de trabalho e salários entre os meses de julho a dezembro de 2016 (a mesma medida também foi aprovada no dia 25 de junho de 2015, que ficou vigente de julho a dezembro do ano).

Já na rubrica de despesas recuperadas houveram três movimentações significativas em 2016: registro do encerramento do Benefício Pós Emprego, da diretoria e gerência, conforme Nota Explicativa 13 em nossa DFP, no montante de R\$ 1.707; redução de multas do Refis, conforme Nota Explicativa 15 da DFP, no valor de R\$ 9.385 e o levantamento de créditos extemporâneos do Pis e da Cofins sobre o imobilizado, não creditados na época da aquisição dos bens e que hora efetuamos no montante total de R\$ 2.511.

Os efeitos da adesão do PERT, conforme divulgado ao mercado em 20 de novembro de 2017 através de fato relevante, a Companhia migrou do REFIS - Programa de Recuperação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fiscal, instituído pela Lei Federal nº 9.964/2000, para o PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, criado pela Lei Federal nº 13.496/2017 pelo fato deste novo programa de parcelamento do Governo proporcionar melhores benefícios aos seus optantes. Os efeitos contábeis estão registrados na conta “receita/despesa extraordinária”.

Esta modalidade garantiu a Companhia redução de juros em 80%, multas na ordem de 50% e encargos legais reduzidos em sua totalidade. A amortização da dívida remanescente do PERT está ocorrendo através de quitação inicial de adesão no montante de R\$14.950 sendo o saldo remanescente parcelado em 145 parcelas mensais atualizados pela SELIC + 1% (sobre a parcela).

Os débitos migrados do REFIS para o PERT são da esfera da Receita Federal do Brasil – RFB (IPI, PIS/Cofins e INSS) e débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (IPI, INSS, IRPJ e PIS). A Receita Federal já homologou tal migração ao PERT optado pela Companhia.

Na última divulgação da Companhia em 30 de setembro de 2017 o valor devido ao REFIS montava R\$ 96.610 (R\$ 2.283 circulante e R\$ 94.327 não circulante). Após a desistência do REFIS e ingresso ao PERT através i) do pagamento do montante inicial de adesão e ii) amortização das parcelas mensais o valor devido pela Companhia à Receita Federal em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 26.530 (R\$ 5.753 circulante e R\$ 20.777 não circulante).

Informações geraisa) Contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/15		31/12/16		31/12/17	
Trabalhistas	1.285	46,4%	1.358	44,6%	1.684	46,6%
Tributárias	1.483	53,6%	1.686	55,4%	1.926	53,4%
	2.768	100%	3.044	100%	3.610	100%
% do Passivo + PL	1,0%		1,2%		1,4%	
Circulante	-		-		-	
Não Circulante	2.768		3.044		3.610	

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.684 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.358 em 2016) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 550, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Tributárias:*

A provisão é formada principalmente por valores provisionados a título de INSS sobre verbas salariais. A Companhia discute judicialmente a não incidência de INSS sobre as verbas de auxílio doença e SEBRAE. Os valores devidos são apurados mensalmente e provisionados, sendo que o montante provisionado em 31 de dezembro de 2017, para esta causa, totaliza R\$ 1.517 (R\$ 1.277 em 2016). O saldo restante provisionado, no valor de R\$ 409, refere-se a diversas causas de valores não relevantes individualmente.

b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/15		31/12/16		31/12/17	
Ações Trabalhistas	321	21,7%	361	21%	363	15,1%
Ações Sebrae/Aux. Doença	1.157	78,3%	1.359	79%	2.031	84,9%
	1.478	100%	1.720	100%	2.394	100%
% Passivo + PL	0,5%		0,7%		0,9%	

Do saldo em 31 dezembro de 2017 de R\$ 2.394, o montante de R\$ 2.031 corresponde a processos ingressados para reconhecimento da não incidência de INSS nas verbas salariais referente a SEBRAE, conforme orientação dos consultores jurídicos da Companhia.

c) Atuarial - Obrigações com Benefício pós – emprego

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós-emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais. O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 31 de dezembro de cada ano podem ser resumidos como segue:

	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Valor presente das obrigações atuariais	(2.619)	(294)	(294)
Valor justo dos ativos do plano	2.634	-	(15)
Total do ativo / (passivo) atuarial	15	(294)	(309)

Em 2016 houve uma determinação do Conselho de Administração para extinção do Plano, sendo que para as pessoas que tenha os requisitos ou contemplados pelas regras, a Altona efetuou o pagamento do benefício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*d) Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC*

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão. Este prazo de fruição encerrou-se no segundo semestre de 2016, sendo que a Cia. não pode mais utilizar o benefício, somente honrando o ICMS já incentivados.

Os créditos utilizados, mensalmente, serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses a partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 foi efetuado um adendo no contrato inicial, referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando então para R\$ 15.359 o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC. Desse montante a Companhia utilizou, até o momento, R\$ 6.618.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

	31/12/15		31/12/16		31/12/17	
Circulante	319	28,8%	478	58,0%	339	94,4%
Não Circulante	789	71,2%	346	42,0%	20	5,6%
	1.050	100%	824	100%	359	100%
% do Passivo + PL	0,4%		0,3%		0,1%	

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/2017
2018	339
2019	20
Total	359

A partir de Agosto de 2010, a Companhia esta cumprindo conforme determina o contrato do PRODEC, pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de quitação perfaz R\$ 6.599.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*e) Crédito de IR/CS*

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Lucro antes dos impostos	(1.003)	(2.990)	42.764
IR/CS a alíquota de 34%	341	1.017	(14.540)
(Exclusões)/adições			
Inovação tecnológica	-	-	
Incentivos fiscais	544	-	1.243
Outras diferenças permanentes	240	322	1.181
Tributos diferidos não contabilizados no período	-	-	-
Total	1.125	1.339	12.116

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre10.2.a. resultados das nossas operações, em especial:

- (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas é denominada em reais mil, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre as principais, as montadoras de auto propulsores, geração de energia, mineração, petróleo/gás, implementos agrícolas e locomotivas de cargas.

		<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Sob Encomenda	Mercado Interno	25.221	36.629	28.218
	Mercado Externo	64.143	17.506	18.852
	Total	89.364	54.135	47.070
Repetitivos	Mercado Interno	41.507	36.070	79.638
	Mercado Externo	15.766	27.482	41.699
	Total	57.273	63.552	121.337
	Total Geral	146.637	117.687	168.407

- (ii) Fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira e o resultado das operações foram influenciados por fatores como: o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, políticas cambiais e monetárias e baixo crescimento globalizado de expansão dos mercados que os clientes atuam.

O cenário macroeconômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito à recuperação pós-crise.

O IGP-M encerrou dezembro em alta de 0,89% (ante 0,52%, em novembro), no ano 2017 o índice teve variação -0,53% (ante 7,19% em 2016) (*fonte: conjuntura econômica*).

O Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) que é o índice oficial do governo para acompanhamento da inflação encerrou dezembro em alta de 0,44%, (ante 0,28% em novembro). No ano de 2017 o índice teve variação 2,95% (ante 6,29% em 2016), em 2017 este índice ficou bem abaixo do teto da meta que é de 4,5% com +/- 1,5 p.p. de variação.

O comitê de política monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, que se reúne para decidir sobre o nível da taxa Selic, em dezembro de 2017 diante

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

do cenário macroeconômico decidiu, por unanimidade, pela redução da taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, para 7,0% a.a., sem viés. (*fonte: IBGE e Banco Central*).

Em dezembro de 2017 a cotação da moeda norte americana (cotação compra) encerrou cotada em R\$ 3,3074, comparando com a variação de dezembro de 2016 (R\$ 3,2585 em 30/12/16) o dólar teve uma valorização frente ao real de 1,50%. (*fonte: Banco Central*).

A Companhia é afetada por diversos fatores externos, dos quais não possui domínio nem capacidade de prever intensidade. Para amenizar estes fatores externos que possam ser prejudiciais à empresa, medidas como repasse de preços e redução de custos são utilizadas. A desvalorização do real é um fator que favorece a competitividade das exportações e também causa pressão inflacionária. Para se proteger destes fatores externos e trabalhando na busca constante pelo aumento da competitividade e qualidade a Companhia está constantemente buscando a excelência operacional. Temos como objetivos estratégicos e metas o aumento da produtividade, redução do prazo de entregas, redução de custos e retrabalhos. Investimentos em novos processos/tecnologias, gestão eficaz de compras, investimentos em qualificação de pessoas, em segurança e meio ambiente.

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos últimos anos a receita da Companhia foi impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e oscilações de preço devido a severa crise que perpetuou por quase 3 anos.

Em 2017 a retomada e o desempenho na receita foi importante, alavancado no mercado interno. Informações relatam que a produção dos clientes do mercado interno está direcionada para América Latina e Europa. Em 2017 o mercado interno representou 64% da ROL (62% em 2016), incremento de R\$ 35 milhões comparados com 2016. O Mercado Externo apresentou um incremento de aproximadamente R\$ 15 milhões em comparação com 2016.

A Altona efetua análise, através de informações da ABIFA – Associação Brasileira de Fundições, para se enxergar perante o mercado. Os negócios fora do Brasil estão cada vez mais presentes, porém cada vez mais competitivos. A Companhia vinha crescendo sua participação em relação a produção de aço fundido exportada pelo Brasil, nos últimos anos partiu de uma participação de 8%, chegando a 15% em 2013 de todo aço que Brasil exporta.

Em 2015, a participação ficou prejudicada em função da recessão econômica e baixou para 10,4%.

Em 2016 também em função da forte crise econômica e da recessão esta participação caiu para 5,1%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2017 com a recuperação da demanda, a participação vou a crescer apresentando assim, 12,6% em participação de todo o Aço que o Brasil exporta.

Destacamos que em valor monetário a representação de 2017 ficou expressivamente positiva, ficando em 34,4% de participação de todo o montante monetários exportado pelo Brasil. (Fonte: ABIFA Associação Brasileira de Fundição).

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

Inflação Interna:

A Altona monitora a inflação interna através de três insumos importantes: i) Matéria Prima/Material secundário ii) Mão de obra; iii) energia. Nos últimos três anos a inflação interna acumulada foi de:

-2017 - 4,61% acumulado

-2016 - 5,33% acumulado

-2015 – 8,89% acumulado

Variação dos preços dos Insumos/Produtos:

Nos últimos três anos a inflação girou em torno de 17,86% (IGPM) acumulado. A inflação interna das mercadorias e energia ficam aproximadamente 17,40%, mesmo os custos de aquisições sensivelmente menores, afetaram diretamente a fabricação do produto, que por sua vez, nem sempre a Altona consegue repassar o aumento no produto final.

Cambio e taxa de juros no resultado Financeiro:

O Cambio influencia diretamente nas receitas do mercado externo da Altona, indiretamente atreves de compras de mercadorias que os fornecedores nacionais importam.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

10.3.a. Da introdução ou alienação de segmento operacional

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3.b. Da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.3.c. Dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

Os eventos pontuais/excepcionais foram declarados no decorrer deste relatório.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram novamente preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Nas conciliações acima, foram considerados os CPC's deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

10.4.b. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Altona S.A., declara que:

(i) revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015; e

(ii) revisou, discutiu e concordam com revisão expressa no relatório de revisão especial da Berkan Auditores Independentes S.S., relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas.

O parecer do auditor independente relativo as demonstrações financeiras do exercício encerrado, trará as mudanças orientadas pelo *IBRACON* através de novas NBC TA (Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente). O parecer da companhia além de conter paragrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios, trouxe parágrafos de ênfase, tratando de assuntos de relevância e de como o Auditor conduziu estes assuntos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração, sobre questões incertas e relevantes, para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos os julgamentos e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as principais práticas contábeis críticas:

Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa TJLP, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar. Adicionalmente os empréstimos não são objetos de *covenants ou hedges*.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa TJLP, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Imobilizado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo, ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituído provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

Provisões

(i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

(ii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

A apuração do valor a receber (quando este existir) do PPR é feita semestralmente, e o pagamento efetuado nos meses de agosto e fevereiro.

Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado estão demonstradas na Demonstração Financeira – DF.

As demais premissas referentes as boas práticas contábeis, estão demonstradas na DF 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:****10.8.a. Investimentos, incluindo:**

- (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção e atualização dos maquinários e equipamentos da planta industrial. Em pronunciamentos anteriores, a Administração declinou do projeto de ampliação de um novo parque fabril em uma nova unidade, localizada no Terreno de propriedade em Barra Velha. O Conselho de Administração está dialogando para promover uma nova vocação para o imóvel. Havendo evolução do tema, a Companhia estará comunicando ao mercado. Objetivo principal é a manutenção/modernização do parque fabril e ampliação dos sistemas de meio ambiente na matriz em Blumenau. Abaixo tabela dos investimentos:

Exercícios	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos, Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobili-zados em Curso	Arrenda-mento Mercantil	Outros Imobili-zados	Intangível	Total – R\$ milhares
2015	464	1.309	236	273	-	74	233	2.589
2016	273	1.764	115	772	-	48	198	3.170
2017	771	5.912	152	3.242	469	103	91	10.740

- (ii) fontes de financiamento dos investimentos;

500no complexo industrial tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, por estratégia, quando aplicável, os investimentos de valores de maior relevância, a Companhia conta com linhas de financiamento vinculadas ao governo, por exemplo BNDES, FIMIP, FINAME, EXCIM entre outros.

- (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há perspectiva de quaisquer desinvestimentos de capital ou em andamento nos últimos 3 anos.

10.8.b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

Atualmente, a Companhia possui uma planta industrial, em terreno com aproximadamente 113 mil metros quadrados. O complexo industrial é dividido em áreas de: projetos, moldagem, aciaria, tratamento térmico e acabamento, usinagem e depósito. Toda área administrativa e manutenção também faz parte deste complexo. O parque fabril é composto por máquinas e equipamentos e alto valor agregado, que representam parte relevante do ativo imobilizado, bem como os constantes investimentos na modernização, logística e meio ambiente são pontos fundamentais para o sucesso industrial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Nos últimos anos, um investimento relevante foi a compra e instalação de um forno com capacidade de 8 toneladas denominado AOD. Este equipamento proporcionara uma melhor qualidade no refino/pureza do aço e ira atender ofertas de peças maiores de aproximadamente 6/8 toneladas. Este investimento esta alocado para atual planta, as condições de pagamentos foram através de uma linha de credito FINAME.

Nos últimos anos a Companhia estrategicamente, adquiriu mais algumas matriculas de terrenos de aproximadamente 42 mil de metros quadrados para fazer extrema ao terreno anteriormente adquirido no município de Barra Velha. O posicionamento logístico e eficiente é um dos diferenciais e esta de encontro com o plano diretor da Companhia.

(i) novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com *know-how* próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

(ii) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não se aplica.

(iii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não se aplica

(iv) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

Não se aplica

10.8.c. novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com *know-how* próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados; e

iv) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

10.8.d. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Destacamos que, a Companhia firmou com o Ministério Público Estadual, aditivo ao Termo de Ajuste de Conduta em vigor, objetivando a permanência indeterminada das atividades fabris no local da sua sede.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.